

Formação humana e universidade: contribuições feministas a partir da auto-organização das estudantes

- Formación humana y universidad: aportes feministas desde la autoorganización de los estudiantes
- Human formation and university: feminist contributions from the students' self-organization

Camila Tomazzoni Marcarini¹

Maria Elly Herz Genro²

Resumo: O presente artigo apresenta contribuições das estudantes feministas auto-organizadas na universidade e no movimento estudantil, a partir de coletivos feministas, nas entidades estudantis e nos Encontros de Mulheres Estudantes (EMEs) da União Nacional de Estudantes (UNE). As contribuições têm origem em seis entrevistas realizadas com as diretoras de mulheres da UNE nas gestões 2002 a 2015 e nas cartas dos seis EMEs que ocorreram no mesmo período. A partir de 2002 é possível perceber uma reorganização feminista no movimento estudantil e nas universidades. Os espaços de auto-or-

1 Graduada em Letras pela UCS. Mestra em Educação pela UFRGS e doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da UFRGS. Professora da rede municipal de educação do município de Caxias do Sul-RS. camailatm@gmail.com

2 Graduada em Filosofia pela UFSM. Mestra em Educação pela PUCRS e doutora em Educação pela UFRGS. Pós-Doutorado no Centro de Estudos Sociais de Coimbra, orientação do professor Boaventura de Sousa Santos. Professora de Filosofia da Educação na Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. mariaherz.1305@gmail.com

ganização das estudantes auxiliam a pensar de forma crítica a universidade e a formação que nela é oferecida. Relacionamos as vozes das estudantes com as contribuições de um conjunto de referências como Chauí (2001), Collins (2015), Santos (2019), Segato (2018), Saffioti (2015). A partir das contribuições de Minayo (2012), em diálogo com as fontes da pesquisa, construímos unidades de sentido. Nesse artigo damos destaque a duas delas: as *Marcas do patriarcado na universidade* e a *Formação humana como antídoto: perspectivas de uma universidade feminista*. Nossas reflexões também se apoiam em uma perspectiva feminista crítica e analítica que compreende a existência de três sistemas de dominação combinados: o patriarcado, o racismo e o capitalismo.

Palavras-chave: Formação humana. Feminismo. Universidade. Estudantes.

Resumen: Este artículo presenta aportaciones de estudiantes feministas autoorganizadas en la universidad y en el movimiento estudiantil, de colectivos feministas, en organismos estudiantiles y en los Encuentros de Mujeres Estudiantes (EME) de la Unión Nacional de Estudiantes (UNE). Los aportes provienen de seis entrevistas realizadas a directoras de mujeres de la UNE en las gestiones de 2002 a 2015 y de las cartas de los seis EME que tuvieron lugar en el mismo período. A partir de 2002, es posible percibir una reorganización feminista en el movimiento estudiantil y en las universidades. Los espacios de autoorganización de las estudiantes ayudan a pensar críticamente la universidad y la educación que se ofrece en ella. Relacionamos las voces de las estudiantes con los aportes de un conjunto de referentes como Chauí (2001), Collins (2015), Santos (2019), Segato (2018), Saffioti (2015). A partir de los aportes de Minayo (2012), en diálogo con las fuentes de investigación, construimos unidades de sentido. En este artículo destacamos dos de ellas: *Las marcas del patriarcado en la universidad* y *La formación humana como antídoto: perspectivas de una universidad feminista*. Nuestras reflexiones se basan también en una perspectiva feminista crítica y analítica que entiende la existencia de tres sistemas combinados de dominación: el patriarcado, el racismo y el capitalismo.

Palabras clave: Formación humana. Feminismo. Universidad. Estudiantes.

Abstract: This article presents contributions from self-organized feminist students in the university and in the student movement, from feminist collectives, in student organizations and in the Women Students Encounters (EME) of the National Union of Students (UNE). The contributions come from six interviews conducted with UNE women directors from 2002 to 2015 and from

the letters of the six EMEs that took place in the same period. From 2002, it is possible to perceive a feminist reorganization in the student movement and in the universities. The students' spaces of self-organization help to think critically about the university and the education offered in it. We relate the students' voices to the contributions of a set of referents such as Chauí (2001), Collins (2015), Santos (2019), Segato (2018), Saffioti (2015). Based on the contributions of Minayo (2012), in dialogue with the research sources, we constructed units of meaning. In this article we highlight two of them: *The marks of patriarchy in the university* and *Human formation as an antidote: perspectives of a feminist university*. Our reflections are also based on a critical and analytical feminist perspective that understands the existence of three combined systems of domination: patriarchy, racism and capitalism.

Keywords: Human formation. Feminism. University. Students.

1. Introdução

Nosso artigo é resultado dos caminhos e escolhas que realizamos, dentro e fora da universidade, e que refletem e visibilizam diálogos e contribuições do feminismo para a formação humana. O feminismo, antes da pós-graduação, já havia nos aproximado, mesmo sem sabermos. O que fez os caminhos de orientadora e orientanda se cruzarem foi nossa busca por estudar e pesquisar a educação superior, a universidade pública, a formação ética e política. Antes de nos conhecermos na pós-graduação, em contextos diferentes participamos de coletivos e do movimento feminista, articulando as contribuições do feminismo e movimento estudantil³.

Como mulheres, compartilhamos nossa realidade em uma sociedade patriarcal, colonial e capitalista. Compreender a ressonância da junção desses sistemas de dominação é um dos pontos de nossa investigação. Como professoras e pesquisadoras, buscamos relacionar uma perspectiva crítica feminista, ou seja, antipatriarcal, antirracista e anticapitalista, evidenciando a urgência de uma formação ética e política em um mundo baseado em novas relações econômicas, sociais, políticas, ambientais, urgentes, que superem a atual ordem estabelecida.

3 A primeira experiência foi na década de 80, a partir do movimento estudantil na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e no Grupo Feminista Germinal (criado em 1982). A segunda, a partir de 2002, no movimento estudantil e no coletivo de estudantes feministas na Universidade de Caxias do Sul (UCS) e no movimento feminista da Marcha Mundial de Mulheres.

A partir de pesquisa realizada na pós-graduação em Educação apresentamos contribuições das estudantes feministas, seus pontos de vista, vida e perspectivas. Essas estudantes são as participantes, sujeitas⁴ políticas da pesquisa. Importante lembrar que nem sempre encontramos essas vozes nos discursos e registros históricos e políticos, nem mesmo nos espaços do movimento estudantil. Um dos objetivos da pesquisa foi contribuir para visibilizar e registrar o protagonismo político das estudantes feministas como parte de uma reparação histórica necessária às mulheres de muitas partes do mundo, dentro e fora da universidade. As estudantes também são parte do movimento estudantil, e sua organização política e protagonismo precisam ser registrados.

As contribuições apresentadas pelas estudantes emergem de experiências coletivas e auto-organizadas, ou seja, são mulheres, das mais diversas idades, cursos e instituições de ensino, realidades e origens que compartilham e constroem espaços com mulheres, para mulheres, na busca de expressar sua diversidade e que apresentam uma agenda feminista para a universidade, movimento estudantil e sociedade. Um dos principais espaços dessa construção são os Encontros de Mulheres Estudantes (EMEs) da UNE. Os espaços de auto-organização das estudantes mesclam momentos de convivência, formação e articulação política. Os encontros são nacionais, bianuais, e ocorrem em diferentes estados e universidades. A participação é aberta, não limitada a delegações ou grupos eleitos a partir de disputas políticas, como ocorre nas delegações para os espaços mistos do movimento estudantil, como, por exemplo, no Congresso da UNE (CONUNE). Os debates e temas das mesas, grupos, oficinas, apresentações artísticas são diversos e tratam de uma agenda feminista que expressa demandas do conjunto das mulheres e das lutas históricas do feminismo. São debates como: questionamento à mercantilização do corpo da mulher; experiências e centralidade da economia feminista e autonomia econômica das mulheres; o mundo do trabalho e a exploração do trabalho das a partir da divisão sexual do trabalho; as violências diversas presentes na vida das mulheres; a defesa da legalização do aborto; a centralidade da educação não-sexista para uma formação antirracista, descolonial, que supere a imposição heteronormatividade, entre outros temas relacionados ao contexto histórico e político de cada encontro.

Um dos resultados de cada EME é a produção de suas Cartas e documentos construídos ao longo do evento e aprovados em plenária final.

4 Utilizamos a expressão sujeita política como alternativa à expressão sujeito político, e como forma de reconhecer e registrar o protagonismo político das mulheres. A invisibilidade a partir do masculino universal precisa ser superada e o registro a partir da língua é fundamental. As sujeitas da pesquisa não são submissas, pelo contrário, são protagonistas na história.

Representam uma síntese política possível e construída no diálogo entre as diferentes forças políticas do movimento estudantil e feminista. As Cartas também apresentam a agenda de mobilização feminista das estudantes para o período futuro e a construção de campanhas de mobilização unitárias. Um dos objetivos de nossa investigação foi reunir, analisar, disponibilizar esses documentos, contribuir para seu acesso e registrar o protagonismo político das estudantes feministas.

Os dados empíricos da pesquisa foram as Cartas dos seis EMEs que ocorreram nas gestões 2003 a 2015 da UNE, e a realização de seis entrevistas com as diretoras mulheres da entidade no mesmo período, todas transcritas na íntegra. É possível afirmar que há uma retomada da organização das estudantes feministas na UNE, sobretudo a partir de 2005, tendo como espaço catalisador a Diretoria de Mulheres da UNE e sua articulação com as contribuições teóricas e práticas do feminismo. A palavra retomada foi utilizada pelas estudantes na Carta do 1º EME e explicita a organização das estudantes feministas, em outros períodos históricos, no movimento estudantil brasileiro.

Relacionamos as vozes das estudantes com as contribuições de um conjunto de referências como Chauí (2001), Collins (2015), Santos (2019), Segato (2018), Saffioti (2009), entre outras.

Consideramos que o feminismo, em sua pluralidade política e teórica, apresenta chaves de pensamento e mudança que contribuem para um olhar crítico à universidade e à formação na educação superior. Como ponto de partida dessa reflexão está uma perspectiva feminista crítica e analítica que compreende a existência de três sistemas de dominação combinados e que se retroalimentam: patriarcado, racismo e capitalismo.

Compreendemos que esses sistemas de dominação se associam ao longo da história e se manifestam de distintas formas. Consideramos necessário reconhecer a presença e consequência dessa tríade, com o objetivo de melhor compreendê-la e superá-la. Uma importante contribuição nesse movimento é Collins (2015). Segundo ela, são fundamentais novas maneiras de pensar as relações entre gênero, raça e classe social, porém, novas maneiras de pensar exigem novas formas de agir. No protagonismo das estudantes é possível identificar as novas formas de agir e construir a política feminista dentro da UNE e da universidade. As estudantes também estão atentas à relação entre os sistemas de dominação – patriarcal, colonial e capitalista – para pensar de forma crítica a universidade, a formação e a sociedade.

Pensar a tríade da opressão e a universidade é questionar também o que é legitimado como conhecimento. A partir da reflexão sobre a colonialidade e o racismo revisitamos nossa história e os conhecimentos construídos e valorizados nas universidades. Os referenciais, em muitas áreas de conheci-

mento, além de brancos e masculinos, são oriundos do norte do mundo. Não aprendemos o que construímos, desacreditamos em nossa potencialidade e desconhecemos nossa própria história.

Dessa forma, para desenvolver nossa investigação e a análise dos dados, também dialogamos com as contribuições das epistemologias do Sul a partir de Santos (2019), e da busca por diálogos alternativos e contra-hegemônicos que são construídos pelo sul global, um sul, segundo o autor, que não é especificamente geográfico, mas sim político:

As epistemologias do Sul referem-se à produção e à validação de conhecimentos ancorados nas experiências de resistência de todos os grupos sociais que têm sido sistematicamente vítimas da injustiça, da opressão e da destruição causadas pelo capitalismo, colonialismo e pelo patriarcado [...] Trata-se de um Sul epistemológico, não-geográfico, composto por muitos seus epistemológicos que têm em comum o fato de serem conhecidos nascidos em lutas contra o capitalismo. São produzidos onde quer que ocorram essas lutas, tanto no norte geográfico como no sul geográfico. (SANTOS, 2019, p. 17)

A partir das contribuições das epistemologias do Sul e de um conhecimento que se funde na resistência das estudantes feministas, dialogamos com as contribuições das mulheres do sul global. Segundo Cunha (2011, p. 27) às mulheres do sul global se recusam a serem compreendidas como “sujeitos fora da história que tem sido contada sem as palavras e os conhecimentos delas”. Essa também é a recusa das estudantes feministas, protagonistas do pensamento crítico que desestabilizam o *status quo* e os sistemas de dominação vigentes, do movimento estudantil à universidade.

Para a análise dos dados empíricos contamos com as contribuições de Minayo (2012) que nos auxilia a pensar uma pesquisa de natureza qualitativa. A partir da análise das fontes construímos o que a autora chama de *unidades de sentido*, ou seja, categorias empíricas que se constroem em um movimento analítico de “leitura atenta, profunda e impregnante”. Esse exercício de construir unidades de sentido é o que a autora afirma de: “[...] o esforço de sínteses diminui o número de subconjuntos, mas não despreza a riqueza das informações” (MINAYO, 2012, p. 624). Com a leitura das Cartas e análise das entrevistas nos encharcamos dos temas apresentados e construímos subconjuntos, agrupados em quatro unidades de sentido: 1. *As sujeitas políticas mulheres: feminismo e auto-organização*; 2. *Marcas do patriarcado na universidade*; 3. *Formação humana como antídoto: perspectivas de uma universidade feminista*; 4. *Encontro de Mulheres Estudantes da UNE: resistências e conquistas das estudantes no movimento estudantil*.

Nesse artigo abordamos duas unidades de sentido: *Marcas do patriarcado na universidade* e *Formação humana como antídoto: perspectivas de uma universidade feminista*. Somados às reflexões iniciadas no mestrado, estão os

caminhos que permanecemos trilhando na pós-graduação. Na universidade continuamos a construir movimentos de diálogo e aproximação entre feminismo e universidade através de seminários e disciplinas na pós-graduação, ou então, a partir dos estágios docentes na graduação, das leituras selecionadas e dos grupos de pesquisa.

Os dois recortes apresentados abaixo buscam contribuir para pensar a formação humana na universidade, em uma perspectiva teórica e prática do feminismo. Consideramos que as contribuições apresentadas pelas estudantes representam questionamentos importantes para oxigenar a formação humana, em uma perspectiva ética e política, na universidade. Além disso, há um movimento de integração das reivindicações apresentadas pelas estudantes com o histórico das lutas feministas e do ideal de transformação do conjunto da sociedade e não apenas de demandas sociais que tratam apenas da vida das mulheres. O olhar apresentado pelas estudantes é aglutinador, atravessa demandas e lutas, une reflexões e lutas políticas, relaciona reivindicações atuais e históricas do feminismo, fortalece a presença política e os direitos das mulheres, em sua diversidade.

2. Marcas do patriarcado na universidade

Compreendemos a universidade como espaço de construção do pensamento crítico, de estudos e diálogos, autonomia, tensões e alternativas. Como instituição milenar e plural, nela convivem pensamentos diversos: de um lado a resistência às mudanças e a busca por perpetuá-la como espaço conservador, elitista, baseado exclusivamente em referenciais europeus, masculinos e brancos; de outro tem sido, historicamente, palco de lutas e tensões sociais, espaço do protagonismo político de movimentos sociais, possibilidade do pensamento para além do eurocentrismo, de saberes da experiência e de outras matrizes culturais.

Estudar e pesquisar a realidade, assim como integrar espaços da educação, apresenta elementos para constatar a urgência das mudanças sociais. Nesse sentido, nos aproximamos de Chauí (2001, p. 35) para pensar as relações entre universidade e sociedade, como forma de compreender e realizar movimentos de transformação. Para ela a universidade: “[...] realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada”.

Como parte da reflexão sobre a universidade, dialogamos também

com Segato (2020)⁵. Para ela, a universidade é estratégica na construção de mudanças, um dos motores que transformam a sociedade, espaço de reflexão teórica e crítica que são fundamentais para as mudanças sociais: “[...] sin reflexión no hay camino, sin teoría no hay camino y una transformación de las conciencias mediante la creación de discursos que consigan dar palabras, nombrar el problema que enfrentamos”. A autora fala sobre a construção de reflexões, discursos e palavras, a partir da universidade, e que auxiliam a compreender a realidade e nomear alternativas.

Para pensar mudanças sociais, políticas, econômicas é fundamental pensar um projeto soberano de país, e para isso a educação superior é estratégica para o desenvolvimento tecnológico, acadêmico e científico. É na universidade pública, por exemplo, onde é realizada grande parte da pesquisa desenvolvida no Brasil. Em 2011, a partir de estudo encomendado pela CAPES ao *Clarivate Analytics* sobre produção científica no país, a partir das publicações na base de dados *Web of Science*, entre os anos de 2011 a 2016, 95% do total de 250.000 artigos brasileiros (em diferentes áreas do conhecimento) eram oriundos de universidades públicas (federais ou estaduais)⁶. Vivenciamos recentemente a pandemia mundial da covid-19 e foi possível observar a importância das pesquisas desenvolvidas no Brasil em instituições públicas universitárias. Porém os números são ainda pequenos no contexto brasileiro e latino-americano. Segundo Dias Sobrinho (2010) apenas 4% das instituições de educação superior desenvolvem sistematicamente pesquisas na América Latina.

Partindo da reflexão da centralidade da universidade – como mulheres, professoras, pesquisadoras feministas inseridas em seus espaços – nossas escolhas de pesquisa buscam apresentar elementos éticos e políticos que nossa condição como mulheres nos impõem. Compreendemos que novas reflexões e práticas na universidade impactam a sociedade, porque estão relacionadas com as demandas e tensões também presentes na universidade.

Dessa forma, a superação do patriarcado na sociedade representa a necessidade de sua superação dentro dos espaços universitários. Uma das categorias que utilizamos em nosso trabalho é o patriarcado. Consideramos que essa perspectiva teórica auxilia a compreender a construção milenar da opressão e dominação das mulheres. Para Delphy (2009) o conceito de pa-

5 Conferência proferida por Rita Laura Segato, no Curso de Políticas Universitarias para la Igualdad de Género (YouTube) promovido pela Universidade Nacional Autónoma do México. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-8fiE_3q7mw. Acesso em: 14 set. 2020.

6 Disponível em: <https://www.unifesp.br/noticias-antiores/item/3799-universidades-publicas-realizam-mais-de-95-da-ciencia-no-brasil>. Acesso em: 20 set. 2022.

triarcado tem um poder explicativo, que em sua generalidade significa uma forma de dominação masculina, levando em conta espaço e tempo. O sistema patriarcal impregna e contamina o conjunto das atividades humanas, coletivas e individuais. Pensar nas hierarquias e nas violências do patriarcado na sociedade contribuiu para pensar como essa realidade se articula no campo da educação. Ao conhecer e reconhecer o patriarcado e suas manifestações no cotidiano, as mulheres vivenciam processos de construção de uma nova lucidez e subjetividades que reverberam de muitas formas em suas vidas.

Pensar o patriarcado envolve o desafio de pensar suas relações com a opressão de raça e classe social. A história do Brasil apresenta exemplos de como o patriarcado relaciona-se com o colonialismo e capitalismo e se perpetuam:

Conservando as marcas da sociedade colonial escravista, ou da chamada “cultura senhoril”, a sociedade brasileira é marcada pelo predomínio do espaço privado sobre o público e, tendo o centro na hierarquia familiar, é fortemente hierarquizada em todos os seus espaços: nelas as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece. As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência. O outro jamais é reconhecido nem como sujeito de direitos, jamais é reconhecido como subjetividade nem como alteridade. (CHAUI, 2001, p. 13-14)

Muitas mulheres, sobretudo as negras, indígenas e pobres não são consideradas *sujeitas* de direitos. Os sistemas de dominação constroem hierarquias e o *mando-obediência* é presença nos espaços das instituições superiores. Pensando a universidade como reflexo de uma sociedade autoritária, patriarcal, racista, heteronormativa, cristã, conservadora, o desafio é detectar como essas estruturas de dominação se propagam e se reproduzem na universidade, assim como construir movimentos de tensões, brechas e mudanças. As estudantes feministas contribuem nesse exercício, identificam e denunciam as manifestações do patriarcado, do racismo e da opressão de classe social no contexto da educação superior. Esses elementos constituem a primeira unidade de sentido: *Marcas do patriarcado na universidade*.

A primeira marca patriarcal é a violência, não por acaso. De acordo com Saffioti (2015, p. 146), a violência é um dos instrumentos da perpetuação do patriarcado: “A dinâmica entre controle e medo rege o patriarcado”. Os números da violência contra a mulher no Brasil exemplificam a presença patriarcal na vida das mulheres. Segundo o *Atlas da Violência do Brasil de 2020*⁷, reali-

7 Documento disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5929-atlasviolencia2020relatoriofinalcorrigido.pdf>. Acesso em 20 set. 2021.

zado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e publicado pelo Instituto de Pesquisa e Econômica Aplicada (IPEA), 4.519 mulheres foram assassinadas em 2018, ou seja, 1 mulher assassinada a cada 2 horas no Brasil. As mulheres negras são as maiores vítimas de feminicídios no Brasil, do total de mortes de mulheres de 2018 (4.519), as mulheres negras foram 68% das vítimas. Os dados sobre o homicídio de mulheres de 2008 a 2018 demonstram diferenças entre mulheres brancas e negras, exemplo da combinação da opressão gênero e raça, pois a morte de mulheres negras aumentou 12,4% enquanto das brancas diminuiu 11,4%.

No campo da universidade, em 2015, o Instituto Avon/Data Popular, em parceria com a Agência Patrícia Galvão, demonstrou que grande parte das estudantes vivenciam espaços de violência na universidade: das 1.823 participantes, 67% das entrevistadas afirmaram já ter sofrido algum tipo de violência no ambiente universitário, sexual, psicológica, moral ou física. Em universidades públicas, em campos do conhecimento tradicionais como medicina, direito, filosofia há casos emblemáticos de impunidade.⁸ No ano de 2014, por exemplo, foi instaurada pela Assembleia Legislativa de São Paulo uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para discutir a violação de direitos humanos em trotes, festas, no ambiente acadêmico das universidades públicas. A partir das entrevistas realizadas com as diretoras mulheres, o tema da violência “salta aos olhos”. As diretoras denunciam a negligência das gestões universitárias e a ausência de encaminhamentos ou punições diante das denúncias. As ouvidorias aparecem como única ação em muitas instituições. Segundo estudantes participantes da pesquisa, as estudantes feministas auto-organizadas são as que acolhem e acompanham os casos de violência nas universidades. O trecho abaixo foi retirado de uma das entrevistas e ilustra essa realidade:

Teve o caso de uma menina em Juiz de Fora que eu...impotência! Eu sentei e chorei, aí respirei [...] cobrar a universidade, fazer os processos, ajudar as meninas. [...] Uma menina super novinha de uma cidade do interior de Minas. Tinha passado e aí foi abusada por uns seis caras, ela não tem a menor noção, foi encontrada no meio do lixo [...] também são muitos relatos de assédio, professor assediador [...] não tem a menor diferença entre fora e dentro, é tudo uma coisa só, está exposta a negligência porque é algo recorrente que não se toma uma posição, é negligência, não dá pra tratar de outro jeito [...] Então essa menina de Juiz de Fora a reitoria mandou uma nota dizendo que sentia muito, mas que era um caso de polícia e que a polícia devia lidar. (DIRETORA E, informação oral)

8 Dados disponíveis em: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2016/11/dois-anos-apos-cpi-casos-de-estupro-nao-tem-punicao/>. Acesso em: 20 nov. 2020.

O tema da violência é realidade em muitos lugares do mundo. No documentário *The Hunting Ground* (acessível na Netflix) há o registro de como a violência sexual ocorre em universidades norte-americanas. Para pensar a violência contra as mulheres na universidade e a negligência e a impunidade diante pelas gestões das instituições de educação refletimos com Segato (2018) e sua reflexão sobre o “mandato de masculinidade”. Segundo a autora esse mandato representa a busca por compreender o funcionamento das relações patriarcado, racismo, capitalismo e como se manifesta nas instituições e corporações sociais como reflexo de uma hierarquia e obediência imposta a grande parte de mulheres e homens ao longo da vida:

Conseguir desmantelar el patriarcado es particularmente difícil porque la fraternidad masculina es una corporación, y las organizaciones mafiosas replican esa estructura también. Hay dos características inherentes a la estructura corporativa: una de ellas es que el valor supremo de este tipo de organización, que predomina por sobre todos los otros valores, es la lealtad al grupo, a sus miembros e intereses; la segunda es que la corporación es internamente jerárquica, de tal forma que hay una obediencia debida a sus escalones más altos y a sus miembros paradigmáticos. La pertenencia corporativa a la masculinidad, entrenada e inculcada en el proceso de socialización de los hombres es fácilmente transpuesta al proceso de entrada en otras organizaciones corporativas, como por ejemplo algunas profesiones prestigiosas, las fuerzas armadas, y las mafias. (SEGATO, 2018, p. 217-218)

Segundo a autora, essa obediência é calcada na violência e violação, e tem como vítimas as mulheres e grande parte dos homens que não se enquadram no modelo universal da masculinidade, ou seja, segundo a autora: branco, letrado, europeu, proprietário e socialmente heterossexual.

Na Carta do 5º EME as estudantes denunciam a construção simbólica da violência dentro das instituições de educação superior. Como parte da engrenagem da propagação do patriarcado e do seu poder na construção de subjetividades. Denunciam as manifestações da violência moral, psicológica, sexual a partir dos trotes:

Outro aspecto importante que se destaca logo na entrada das estudantes ao ambiente universitário é a realidade dos trotes machistas, racistas e homofóbicos. Essa prática, ao contrário de ser uma brincadeira, tem o nítido objetivo de marcar, logo no início da vida universitária das mulheres, uma posição de subordinação e desigualdade. Em várias cidades, se repete um estilo de trote, em que as mulheres se submetem a simulações de conotação sexual, lembrando que a sexualidade das mulheres está sempre cerceada e ditada pelos homens. (CARTA 5º EME)

O tema da violência contra as mulheres representa um exemplo de urgência e merece ser parte da problematização, reflexão e ação das gestões universitárias para que as violências que as mulheres vivenciam na sociedade sejam problematizadas e banidas do espaço da educação superior.

A segunda marca do patriarcado é o racismo. A relação de violência, dominação e autoritarismo é comum nos dois sistemas de dominação. Não é possível falar em patriarcado sem falar em racismo, porque muitas mulheres sofrem desde o início com os dois sistemas de opressão.

Para pensar as relações entre a opressão de gênero, raça e classe social Collins (2015) auxilia na compreensão das dimensões e perpetuação das opressões. Segundo ela, há três dimensões da opressão: a institucional, a simbólica e a individual. Quando pensamos o espaço da universidade trata-se da opressão institucional e como ela contribuiu para a perpetuação das hierarquias de gênero, raça e classe social: “Uma análise breve das instituições sociais norte-americanas centrais majoritariamente controladas por homens brancos deveria nos convencer da natureza imbricada de raça, classe e gênero na estruturação da dimensão institucional da opressão.” (COLLINS, 2015, p. 24). O desafio, segundo ela, é compreender as conexões das opressões e dar centralidade para cada uma, não desconectando denúncias e construções de alternativas.

Como forma de combater o racismo na universidade está a denúncia da colonização das vidas, dos saberes e do conhecimento do sul global. Para pensar a colonialidade e o racismo dialogamos com as contribuições de Quijano (2005), que auxilia a compreender como a colonização das Américas permanece e influencia a construção do conhecimento, sendo a perspectiva eurocêntrica com valor e legitimidade. De acordo com Grosfoguel (2016), a universidade ocidental baseia seu conhecimento no racismo/sexismo epistêmico em quatro genocídio/epistemicídios que ocorrem ao longo do século XVI: contra muçulmanos e judeus na conquista de Al-Andalus; contra povos nativos na conquista das Américas; contra povos africanos na conquista da África e a escravização dos mesmos nas Américas; contra as mulheres europeias queimadas vivas acusadas de bruxaria. Como lembra o autor, o racismo no mundo se assenta nas discussões espanholas sobre quem seriam os seres humanos com alma e os sem alma:

O desfecho do julgamento de Valladolid também é bastante conhecido. [...] a monarquia imperialista espanhola decidiu que os “índios” possuíam uma alma, mas que eram bárbaros a serem cristianizados. Entretanto, reconheceu-se que era um pecado, aos olhos de Deus, escravizá-los. [...] Desde então, institucionalizou-se, de modo ainda mais sistemático, a ideia de raça. O racismo institucional consolidou-se como princípio organizador da divisão internacional do trabalho e da acumulação capitalista em escala mundial. [...] A decisão de tra-

zer cativos da África, a serem escravizados nas Américas, guardou uma relação direta com a conclusão do Julgamento de Valladolid, em 1552. Neste ponto tem início o sequestro massivo e a comercialização de cativos imposta pelos 300 anos seguintes. Com a escravização dos africanos, o racismo religioso foi complementado, ou vagarosamente substituído, pelo racismo de cor. Desde então o racismo contra o negro tornou-se uma estrutura fundamental e constitutiva da lógica do mundo moderno-colonial. (GROSFUGUEL, 2016, p. 39)

Nas universidades públicas brasileiras o racismo é presente. Por muitos anos a universidade foi espaço de pequena parcela rica, branca e masculina da sociedade. A ideia de uma universidade para uma elite nacional permanece. Um exemplo foram as manifestações de racismo antes, durante e depois da aprovação da Lei de Cotas do Ensino Superior (Lei nº 12.711/2012). Na UFRGS, em 2007, a política de cotas raciais foi aprovada pelo Conselho Universitário e nos dias que antecederam a votação frases racistas como: “negros só se for na cozinha do restaurante universitário” ou “voltem pra senzala, cotas não” foram pichadas nos arredores da universidade e na porta do restaurante universitário.

O tema do racismo e das especificidades das mulheres negras está presente nas Cartas e entrevistas, sobretudo a partir da gestão 2009-2011, quando a UNE tem a primeira diretora de mulheres negra. Em 2011, a realização do 4º EME em Salvador/Bahia não é um acaso; e há centralidade no combate ao racismo:

[...] cumpre o papel de colocar nos espaços do movimento estudantil a realidade das mulheres negras na agenda das mulheres estudantes, hoje estas são a parcela das mulheres que vivem abaixo da linha da pobreza e que sofrem com os abortos ilegais e inseguros, além de engrossarem as estatísticas de desemprego e subempregos. (Carta 4º EME, 2011)

Além disso, as estudantes contribuem para pensar o racismo dentro da universidade, na divisão não apenas por gênero ou classe social dos cursos universitários, também de raça. No relato abaixo, uma das diretoras relaciona mudanças na universidade a partir de políticas de expansão e cotas nas universidades:

[...] eu acho que essa expansão da universidade ela estava caminhando junto com a vontade política e com a nossa militância feminista dentro da universidade. Eu percebo que essa experiência de ver que pela primeira vez tinham mulheres negras, para mim, particularmente, foi muito forte, porque eu sou de um curso que quando eu entrei tinham dois negros em 960 estudantes, eram dois negros! E eu comecei a ver, pela primeira vez, negros entrando na universidade, mulheres negras entrando na universidade [...]. (DIRETORA C, informação oral)

O tema do racismo é um desafio dentro e fora dos espaços de formação. A universidade como instituição social deve identificar sua presen-

ça nos espaços de formação, pesquisa e extensão, e criar políticas de combate ao racismo institucional.

A terceira marca do patriarcado na universidade é o androcentrismo. De acordo com Moreno (1999, p. 23), o pensamento androcêntrico concebe que o centro do universo é o ser humano do sexo masculino: “[...] como a medida de todas as coisas, como o único observador válido de tudo o que ocorre em nosso mundo, como o único capaz de ditar as leis, de impor a justiça, de governar o mundo”. Nem sempre o androcentrismo está tão evidente, porém uma olhada mais detalhada para a universidade demonstra a ausência das mulheres nos referenciais teóricos de diferentes áreas do conhecimento. Segundo Perrot (2009, p. 115) o esquecimento das mulheres é “[...] a forma mais sutil da renegação”, ou seja, através do silenciamentos e invisibilidade naturaliza-se sua ausência e se despreza suas contribuições.

Muitos estudiosos até hoje estudados nas áreas das Ciências Sociais foram construtores e reprodutores do patriarcado. Por mais que seus conhecimentos sejam importantes, o estudo de suas contribuições deve vir acompanhado de uma visão crítica de sua misoginia e machismo. Aristóteles, Kant, Schopenhauer, Rousseau são exemplos de uma vasta lista. Além disso, o desafio é ampliar as lentes, incluir experiências e contribuições além das experiências e realidade do homem branco, proprietário, heterossexual. O desafio é fazer com que muitas mulheres, do passado e do presente, sejam conhecidas e reconhecidas em suas lutas e contribuições. As historiadoras feministas apresentam importantes contribuições para problematizar a ausência das mulheres e construir um *corpus* de mulheres:

Na segunda metade do século XX, examinando os livros e manuais de história, perguntaram-se onde estavam as mulheres. Havia apenas uma História de generais e imperadores, com algumas poucas mulheres, Cleópatra e algumas mais, em geral mencionadas como as malvadas. Frente a esse quadro desolador, as historiadoras propuseram-se a tarefa de recuperar as figuras femininas. (PULEO, 2004, p. 14)

O androcentrismo permanece forte no espaço da universidade. O resgate e visibilidade das mulheres auxilia a ressignificar a presença e o papel das mulheres na sociedade, além de ampliar o conhecimento sobre uma outra história do Brasil. É preciso dar voz, rosto, presença às mulheres historicamente silenciadas. No relato de uma diretora há a afirmação sobre a urgência de visibilizar as mulheres em sua diversidade:

Acho que tem um processo que tem que acontecer de resgate da luta das mulheres, isso é, recontar a história [...] A história da Bahia, a gente tem a Revolta dos Búzios [...] tem uma mulher nessa história, Luiza Mahin, ninguém nem cita o nome dela entre os heróis do Brasil. [...] Pensar em contar a história das mulheres é pensar, inclusive, que o feminis-

mo no Brasil não tem primeira, segunda e terceira onda, que o debate sobre luta das mulheres..., porque pra mim feminismo é igual a luta das mulheres, significa considerar que o primeiro lugar de trabalho, que é trabalho explorado, foi nas lavouras, no tráfico negro. Então, não foi na década de 60 com as mulheres queimando sutiã que as mulheres começaram a trabalhar, a gente tem que contar nossa história toda ali. [...] A universidade é fundamental nesse ponto e também em fazer o processo de reparação. (DIRETORA E, informação oral)

O movimento de questionamento e reflexão sobre o androcentrismo na universidade deve ocorrer na observação de nossas próprias práticas e referenciais teóricos. Revisar nossas bibliotecas e citações é um bom início. No trecho da Carta do 3º EME as estudantes denunciam essa realidade na universidade, na formação e pesquisa: “É preciso também garantir que as mulheres estudantes participem e contribuam na formulação desses programas. Além disso, é necessário incorporar disciplinas sobre gênero e a história das mulheres nos diferentes cursos de graduação”. É possível observar o movimento de denúncia e a apresentação de alternativas das estudantes, porque pontuam aspectos muitas vezes ausentes dos debates ou das demandas recorrentes nos espaços das instituições de educação superior e no movimento estudantil.

A quarta marca do patriarcado é a desigualdade nos espaços de gestão e poder. A condição das mulheres, em uma sociedade patriarcal e racista também se manifesta na ocupação dos espaços de poder. Uma das contribuições das estudantes para problematizar a baixa presença feminina nos espaços de poder da universidade é a partir da reflexão sobre os impactos da divisão sexual do trabalho na presença das mulheres em cargos de gestão e poder universitários. Muitas vezes, por conta das tarefas naturalizadas como femininas, como o cuidado de crianças, idosos, doentes, afastam as mulheres dos espaços políticos de poder.

Há também uma tradição política branca e masculina no Brasil, e que se perpetua nos dados atuais da representação de mulheres e homens nos espaços de poder político. Segundo o IBGE, em 2018, o Brasil contava com 10,5% dos assentos na Câmara de Deputados ocupados por mulheres. No mundo esse número é de 23,6% dos assentos. Nos cargos de gerência as mulheres são apenas 37,8% contra 62,2% de homens⁹. Esse cenário de baixa representação está na universidade, sendo reflexo da sociedade. Em 2018, os dados demonstram que nas universidades federais brasileiras havia 19 reitoras para 63 reitores.¹⁰ A sub-representação das mulheres negras também

9 Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html>. Acesso em: 20 set. 2022.

10 Disponível em: <https://www.unifesp.br/noticias-antiores/item/3169-mulheres-sao-minoria-entre->

é realidade em um país patriarcal e racista. Apenas no ano de 2013 foi empossada a primeira mulher negra reitora de uma universidade federal, Nilma Lino Gomes. As estudantes também denunciam essa realidade. Na carta do 5º EME veem que “[...] os espaços dentro das estruturas universitárias continuam dominados pelos homens, havendo poucas mulheres reitoras, chefes de departamentos e de pró-reitorias”. Segundo uma das diretoras entrevistadas a Universidade de São Paulo (USP), em 70 anos, teve recentemente uma reitora.

As estudantes feministas denunciam essa realidade e agem para sua mudança no movimento estudantil. Nas Cartas dos EMEs e nas entrevistas reivindicaram a política de cotas mínimas de 30% de mulheres nas diretorias da UNE. Nos anos seguintes, no 6ª EME, as estudantes apresentaram a reivindicação por paridade de mulheres e homens na diretoria da UNE, assim como nas delegações participantes dos Congressos da UNE.

Compreendemos que as instituições de educação superior (universidades, faculdades, entre outras) como espaços estratégicos para pensar a sociedade e a educação necessária para mudanças urgentes de superação da miséria, tendo como desafio levantar dados sobre o feminicídio e violências que vivem as mulheres, como também ser parte da construção de alternativas para evitar essa realidade social.

3. Formação humana e feminismo: antídotos de uma sociedade patriarcal, racista e capitalista

A partir da análise das marcas do patriarcado na universidade – elementos para pensar de forma crítica a universidade – apresentamos aspectos que falam sobre como a formação realizada relaciona-se com as mudanças necessárias diante da presente realidade. Para pensar a formação humana dialogamos com Dias Sobrinho (2015). Segundo ele, a universidade é formada por um conjunto de relações: “A aprendizagem, a produção e a disseminação de conhecimentos e, inseparavelmente, a vivência de valores fundamentais da vida constituem as condições e a matéria prima da formação humana.” (DIAS SOBRINHO, 2015, p. 583). Dessa forma, a universidade como espaço de construção de novas aprendizagens e conhecimentos que estão relacionados a valores fundamentais da vida humana, é uma das instituições sociais capaz de integrar essas realidades e promover mudanças para intervir no mundo.

Contudo, numa sociedade capitalista é um desafio e resistência falar

reitores-e-nas-bolsas-de-pesquisa-mais-prestigiadas. Acesso em: 20 set. 2022.

em formação humana. Essa não é uma preocupação do sistema capitalista. O capitalismo, baseado na desigualdade e na violência, se atém a uma formação mais técnica, em detrimento do sentido da formação humana. Dias Sobrinho (2010, p. 205) apresenta um questionamento relevante nesse sentido: Vivemos uma “sociedade do conhecimento” ou uma “economia do conhecimento”? No contexto da educação superior no Brasil os números são gritantes. A expansão da educação privada e o desmonte das instituições públicas refletem em tensões dentro das universidades e que também tem desdobramentos na formação e valorização de algumas áreas do conhecimento: “O Brasil é um dos países que mais privatizou sua educação superior. Cerca de 90% de suas instituições de educação superior têm provedores privados – um dos maiores índices de privatização do mundo”.

Diante da realidade brasileira consideramos urgente resgatar esses elementos que são da ordem econômica, social e política para pensar a formação humana e seus desafios dentro da universidade. A partir da busca por compreender um mundo calcado em valores patriarcais, racistas e capitalistas, é visível como o capitalismo neoliberal busca reduzir a formação a interesses e necessidades de mercado. A formação na educação superior tem sido cada vez mais a uma formação profissional e técnica, e dessa forma reduz ou mesmo extingue áreas do conhecimento. Dessa forma, as universidades, tensionadas por interesses privados e que visam ao lucro, parecem minimizar as consequências de uma formação reduzida ao técnico e que desconsidera aspectos humanos, éticos e políticos.

Nussbaum (2015) nos traz uma importante contribuição para pensar os impactos do modelo capitalista nas instituições de formação superior e como seus valores refletem-se na sociedade. Segundo ela, o impacto do ideal capitalista do lucro e da mercantilização da vida e da educação vai além dos reflexos na universidade, coloca em risco o futuro das democracias. A autora fala sobre a “crise silenciosa” que ocorre no campo da educação em uma dimensão global, e seus impactos negativos para a manutenção das democracias no mundo. A ideologia do lucro, da competitividade, da acumulação e do descarte tem como consequência a perda do pensamento crítico e reflexivo na universidade, uma das características da formação humana na contemporaneidade. Nussbaum (2015) alerta que os indicadores econômicos têm sido utilizados para medir o sucesso dos países na área da educação, como o Produto Interno Bruto (PIB) dos países sendo balizador da qualidade ou não da educação, sem questionar o quanto está relacionado exclusivamente aos interesses imediatos de mercado:

[...] estão descartando, de forma imprudente, competências indispensáveis para manter viva a democracia. Se essa tendência prosse-

guir, todos os países logo estarão produzindo gerações de máquinas lucrativas, em vez de produzirem cidadãos íntegros que possam pensar por si próprios, criticar a tradição e entender o significado dos sofrimentos e das realizações dos outros. É disso que depende o futuro da democracia. (NUSSBAUM, 2015, p. 3-4)

No Brasil e em outros países do mundo, áreas como História, Filosofia, Sociologia e Artes são consideradas cada vez mais irrelevantes e retiradas dos currículos e leituras. Nussbaum (2015) fala sobre as consequências da retirada de áreas do conhecimento, segundo ela indispensáveis para manter e aprofundar a democracia.

As estudantes feministas apresentam contribuições para pensar a formação humana na universidade, e assim fortalecer a democracia. Elas falam sobre a necessidade de revisão e mudanças em currículos dos cursos, sobre a inclusão das vozes femininas e feministas nos referenciais teóricos, na importância de financiamento de pesquisas nem diferentes áreas do conhecimento. Além disso, as estudantes relacionam essas reivindicações com a crítica à sociedade capitalista e a economia do conhecimento.

O feminismo, em suas distintas teorias e práticas, contribui para a formação humana, porque evidencia a presença, as experiências e o protagonismo das mulheres ao longo da história; e porque olha de forma crítica para os sistemas de dominação, buscando sua transformação. As reivindicações das estudantes têm o objetivo de construir e fazer presente aspectos éticos e políticos da vida em sociedade que reconhecem, dialogam e legitimam o conjunto das mulheres também como *sujeitas* de direitos. O feminismo contribui no fortalecimento desses valores, pois apresenta aspectos que estão ausentes e são essenciais para pensar a dignidade humana e o acesso a direitos.

O fortalecimento da democracia está relacionado à ampliação do conhecimento e práticas que refletem a diversidade humana e não humana, relaciona-se com dignidade humana com a superação de desigualdades. Uma contribuição para pensar a formação ética e política é de Severino (2014, p. 204): "A presença do outro em toda e qualquer circunstância da ação moral faz com que toda ação envolve necessariamente as duas dimensões ao mesmo tempo, a ética e a política. [...] toda ação humana, sob a perspectiva moral, é ético-política."

Dessa forma, a formação humana é ética e política, porque a partir das vozes das estudantes feministas, temos o reconhecimento das mulheres no processo político, dentro e fora da universidade. Além disso, é a partir do feminismo que reconhecemos as mulheres como *sujeitas* de direito, sobretudo os direitos fundamentais para tecer uma democracia substantiva. As primeiras reivindicações do feminismo, também conhecidas como primeira onda, tratam da busca por direitos como: o direito ao voto, direito à educação, direito

a bens, entre outros.

Em uma sociedade patriarcal, racista e capitalista, as mulheres, sobretudo as negras, indígenas e pobres, são consideradas seres de segunda ordem, humanos de pouco acesso a direitos. Essa realidade incide sobre seus corpos, sexualidade, trabalho, limitando escolhas e direitos de pouca liberdade. A violência contra a mulher e o feminicídio é exemplo de como as mulheres ainda não são seres de direitos; essa realidade deve ser parte do processo de construção de uma formação humana em uma perspectiva ética e política. Assim, é possível afirmar que a auto-organização das estudantes e suas contribuições fortalecem a formação ética e política, porque visibiliza e inclui as mulheres na história da humanidade. Para Severino (2014), ética e política assentam-se em duas questões *a priori*: a presença da alteridade e o reconhecimento da dignidade do outro como pessoa humana. Sobre a dignidade da pessoa humana, o feminismo demonstra que ainda é um desafio, porque os seres humanos não são compreendidos em sua pluralidade e nesse sentido as mulheres.

Podemos ir além dos aspectos que tratam dos humanos, ou seja, é possível afirmar que o feminismo apresenta aspectos para pensar uma formação que transcende a esfera humana, ou seja, compreende os direitos também dos seres não humanos. O ecofeminismo critica a atual sociedade antropocêntrica, relacionando o controle dos corpos das mulheres com o controle da natureza:

O ecofeminismo é uma teoria crítica, uma filosofia e uma interpretação do mundo para sua transformação. Coloca em uma só perspectiva duas correntes, da teoria e da prática política, emergentes da modernidade da ecologia e do feminismo, e procura explicar e transformar o sistema de dominação e violência atual como foco na crítica do patriarcado e da superexploração da natureza, entendidas como parte de um mesmo fenômeno. (BELTRÁN, 2019, p. 113).

Segundo esse autor, a integração entre a exploração da natureza e do controle do corpo das mulheres demonstra uma relação de exploração e dominação que são partes de um mesmo fenômeno. A crítica ecofeminista de exploração da natureza e dos animais é histórica e relaciona-se com uma construção ética e política no mundo:

A ideia cartesiana de que o animal não é mais que uma máquina incapaz, inclusive, de sentir dor, havia sido fortemente rejeitada pelas mulheres iluministas dos séculos XVII e XVIII. [...] A violência e a dominação exercida cotidianamente sobre os animais já havia indignado algumas sufragistas (Mary Wollstonecraft, Susan B. Anthony, Elizabeth Cady Stanton, Lucy Stone, Charlotte Perkins Gilman e muitas outras). Elas combinavam a reivindicação do voto das mulheres com a luta contra as instituições escravocratas, a proteção infantil, o vegetarianismo e a proteção dos animais. (PULEO, 2012, p. 43-44)

As estudantes feministas também refletem sobre a formação na universidade e as relações com sustentabilidade na atualidade, apresentando em seus documentos uma preocupação ambiental. No trecho da carta do 5º EME afirmam:

Em relação ao meio ambiente, não é diferente. A economia verde foi o ápice das falsas soluções que o capitalismo propôs como saída para crise ambiental que enfrentamos, mercantilizando a natureza, quando a única solução verdadeira é o próprio fim do capitalismo. Sabemos que essa crise afeta principalmente as mulheres camponesas, indígenas e quilombolas responsáveis pelo trabalho com a terra e pela produção de alimentos. Portanto, lutar ao lado dessas mulheres pela soberania alimentar, contra o uso de agrotóxicos e pela conquista de direitos dos povos originários é também lutar pela emancipação das mulheres que convivem com essas opressões. (CARTA 5º EME)

Essa perspectiva integra as lutas, relaciona os sistemas de opressão e apresenta uma agenda feminista para o conjunto das relações humanas. É possível observar que as estudantes defendem um conjunto de reivindicações e pautas éticas e políticas para o fortalecimento da formação integral, ou seja, relacionam a formação acadêmica e a humana, compreendendo nosso pertencimento ao conjunto do mundo, buscando superar a visão antropocêntrica de superioridade dos seres humanos.

Ainda é possível afirmar que outra contribuição das estudantes para a formação humana é o *fortalecimento do pensamento crítico*. Como ponto de partida está o movimento questionador das mulheres e do feminismo em diferentes tempos históricos. O berço do feminismo é a visão crítica da sociedade. Segundo Fougeyrollas-Scwebel (2009, p. 144) o feminismo como “movimento coletivo de luta das mulheres só se manifesta como tal na segunda metade do século XX”. Em sua gênese está a afirmação da especificidade de opressão das mulheres e da compreensão que as injustiças entre os gêneros não são desígnios naturais, mas construções sociais e políticas, e assim, passíveis de transformação.

O pensamento crítico feminista aqui representado pela auto-organização das estudantes dialoga com a afirmação de Goergen (2014, p. 570) sobre a necessidade da dimensão crítica na formação da educação superior:

A exclusão da dimensão da crítica do universo da racionalidade acadêmica representa a supressão de um de seus mais eminentes sentidos sociais: o exercício do pensamento crítico do ser, do presente, do dado, visando sua transformação qualitativa, ou seja, visando o ‘dever ser’.

Além disso, o autor apresenta a ideia de uma formação “crítica-transgressora”. A transgressão tem sido uma das características do feminismo e a auto-organização das estudantes. É exemplo disso os tensionamentos apresentados por essas perspectivas teóricas e práticas que se manifestam em diferentes dimensões das mulheres que dele se aproximam. No relato da diretora E é possível ver como a formação feminista se desdobra e impacta relações políticas, familiares, afetivas:

O feminismo me colocou essa coisa, assim, descortinou os véus [...], porque eu posso até deixar de ser um monte de coisa, mas eu tenho certeza que deixar de ser feminista não [...] O feminismo mexe com a nossa vida, quebra por dentro, quebra por fora, dá pra ouvir os caquinhos, sabe? Muda as relações de família! [...] a minha relação com meu companheiro é problematizada mesmo. (DIRETORA E, informação oral)

A libertação das mulheres diante do patriarcado exige a transgressão dos valores socialmente aceitos e disseminados. De acordo com Federici (2017) a perseguição e morte de muitas mulheres na Europa e nas Américas, acusadas de bruxaria são exemplo da punição às mulheres que desafiaram a ordem e transgrediram regras impostas pela hierarquia vigente.

É possível afirmar também que o fortalecimento da dimensão crítica a partir da aproximação com o pensamento e o movimento feministas desdobra-se em processos de conhecimento e autoconhecimento. Nas falas das diretoras, pode se perceber como os espaços de formação feminista representam também espaços de compreensão dos incômodos, sofrimentos, violências e sentimentos que acompanham a vida de muitas mulheres no patriarcado. O pensamento e as práticas feministas constituem processos de autorreflexão, autoconhecimento e de cura. Para pensar os impactos do feminismo na educação, dialogamos com as reflexões de Silva (2014, p. 91):

Nunca enfatizaremos suficientemente a relação entre sujeito, experiência e formação. Em primeiro lugar cabe observar que a experiência é um processo de formação do sujeito. [...] o sujeito não pode ser concebido separadamente de sua própria experiência e esta só pode ser concebida como o dinamismo de formação do sujeito por via de sua autorreflexão. Não há, portanto, qualquer modelo ideal e exterior de experiência, assim como não pode existir um paradigma de constituição da subjetividade. Mas há um horizonte regulador com o qual podemos confrontar a cada momento a experiência de formação da subjetividade: é a formação realizada, isto é, a subjetividade plenamente constituída na experiência.

De acordo com o autor, é difícil quantificar os reflexos que os espaços das estudantes e vivências propiciam para sua formação, porém é possível afirmar que acabam por influenciar seus campos de estudo e diferentes dimensões da vida. Podemos afirmar que, além de aspectos da vida individual, particular, o

feminismo também contribui para *qualificar a formação profissional*.

Na fala da diretora C temos um olhar que atenta para como os espaços das estudantes feministas atravessam a vida das participantes: “[...] os espaços que mais contribuíram para minha formação ética, profissional, e que ao mesmo tempo foram mais decisivos, foram os espaços de auto-organização”. A formação feminista instiga novas perguntas nas áreas profissionais, porque representa um alargamento da existência humana como padrão universal, a partir das experiências do que é ser homem, branco, heterossexual, proprietário, europeu. É possível pensar o feminismo com lentes de outras cores, formas e contornos. Abaixo o relato da diretora C sobre o impacto da auto-organização para sua formação acadêmica:

[...] quando eu cheguei na universidade eu tinha um desconforto [...] o feminismo foi muito importante [...] percebe o quanto a produção científica é machista, masculinista, como ela vê o corpo e a vida das mulheres como uma perspectiva muito machista. Foi muito decisivo, que eu me lembro que quando eu estava no internato de obstetrícia, ginecologia, eu acompanhava partos com os médicos que eram os responsáveis lá da preceptoria. Eu comecei a vê muitos casos de violência obstétrica, naquela ocasião ninguém debatia violência obstétrica como hoje se debate. Eu via os profissionais de saúde gritando com as mulheres, eu via a situação de uma mulher negra que chegou em situação de abortamento, eles fizeram a curetagem que é o procedimento que se faz depois do abortamento sem anestesia nessa mulher negra, é um procedimento muito doloroso e ela gritava. E essa experiência, assim, eu consegui dá um sentido político, foi o que me levou inclusive a fazer mestrado [...] essas eram as cenas em que as pessoas são formadas como médicos nas universidades, e eu só consegui estranhar aquilo porque eu tinha vivenciado o feminismo, e isso foi totalmente decisivo para as minhas escolhas profissionais. (Informação oral)

Os aprendizados proporcionados pelos espaços de auto-organização das estudantes feministas – seja no movimento estudantil, na universidade, no movimento feminista e em coletivos – acabam por ampliar a visão sobre o mundo e instigar um olhar crítico ao conhecimento socialmente e historicamente construído. As novas perspectivas apresentadas inspiram as participantes a novos estudos e reflexões relacionando suas áreas de conhecimento com as reivindicações históricas do movimento feminista. No relato da diretora B é possível observar essa realidade:

[...] o coletivo de mulheres estudantes que eu participava lá na Universidade Federal do Pará que fez com que eu me interessasse pelo tema do feminismo [...] Todas fizemos TCCs ligados ao tema das mulheres [...] assim a gente percebeu que várias meninas que se organizavam no movimento estudantil, por exemplo, produziram conteúdos, com conteúdo de gênero, feminista, nas suas graduações e pós. (Informação oral)

Por fim, é importante destacar que mesmo os espaços de auto-organização sendo centrais para fortalecer a organização e a luta feminista, as estu-

dantes estão atentas a um conjunto de demandas que envolvem a sociedade e o conjunto das mulheres. As estudantes compreendem que o conhecimento das lutas e reivindicações feministas, assim como a superação do patriarcado é tarefa de mulheres e homens. Na Carta do 3º EME as estudantes falam da importância de discutir o feminismo e as manifestações do patriarcado nos espaços mistos, com os estudantes: “Devemos criar espaços de discussão ampliados, em conjunto com os companheiros do movimento estudantil, onde seja possível travar o debate sobre a questão da mulher e construir coletivamente a superação dos preconceitos no movimento e na sociedade.” (Carta 3º EME, 2017).

Compreendemos que novas reflexões são possíveis a partir da experiência dos espaços de auto-organização das estudantes feministas. Apresentamos duas unidades de sentido de nossa pesquisa que buscam apresentar contribuições feministas, em suas teorias e práticas, para pensar de forma crítica a universidade e a formação humana, como parte da transformação do conjunto da sociedade, sobretudo a superação da tríade da opressão: o patriarcado, racismo e capitalismo. Certamente há outros aspectos presentes nos dados e fontes da pesquisa, porém nesse momento apresentamos esses aspectos como forma de ampliação de nosso pensamento crítico e da compreensão sobre os desafios quando pensamos a universidade e a formação humana.

3. Considerações

A auto-organização das estudantes feministas promove mudanças no movimento estudantil, como nas estruturas de poder da UNE, e reverberam para pensar a universidade e a sociedade. Os espaços de auto-organização são conquistas políticas, resultado de tensões e reflexões que as estudantes apresentam dentro do movimento estudantil. Seu protagonismo fortalece a presença e participação política das mulheres nos espaços do movimento estudantil e contribui para a formação e autoformação das estudantes. Os espaços de auto-organização fortalecem a construção da *sujeita* política coletiva do feminismo, potencializando a organização das estudantes e a formação ética, política, crítica e profissional. Além disso, os aprendizados feministas reverberam em distintas esferas da vida das participantes como na familiar, afetiva, profissional, entre outras. A auto-organização e a formação feminista contribuem com a formação profissional a partir da crítica ao instituído pensamento e comportamento androcêntrico e antropocêntrico. Há a construção

de um olhar que passa a ser atento e que busca valorizar as mulheres, seja nas salas de aula, nos referenciais teóricos como fontes de estudo pesquisa, em um movimento de conhecimento e reconhecimento.

A experiência das estudantes representa um enraizamento do pensamento feminista, seja no movimento estudantil ou na universidade. Em nossa investigação a luta das estudantes feministas resgata reivindicações importantes como a legalização do aborto no Brasil. Além disso, é importante pensar de forma crítica a universidade e reafirmar seu papel social na superação das desigualdades sociais, em um compromisso ético e político para a construção da soberania e desenvolvimento sustentável do país. Ao aproximar feminismo e universidade também denunciemos o processo acelerado da mercantilização da educação superior e seus reflexos na educação e no fortalecimento da democracia.

As estudantes auxiliam a pensar cada um dos sistemas de dominação – patriarcado, racismo e capitalismo –, assim como identificam como se entrelaçam e se manifestam em diferentes esferas da vida em sociedade.

A construção da inteireza da condição humana pressupõe a articulação entre igualdade e diversidade, como valores imbricados no pensar e fazer a universidade. Esse movimento político inspira-se na desconstituição do racismo, do capitalismo predatório e do patriarcado e na reinvenção da condição humana, como possibilidade de justiça social, democracia e dignidade.

Referências

1º EME – Encontro de Mulheres Estudantes da UNE. *Declaração do 1º Encontro de Mulheres Estudantes da UNE*. São Paulo/SP, 2005. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/172196#>. Acesso em: 10 fev. 2018.

2º EME – Encontro de Mulheres Estudantes da UNE. *Declaração do 2º Encontro de Mulheres Estudantes da UNE - Chega de machismo na universidade! Mulheres em todos os lugares!* Rio de Janeiro/RJ, 2007. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/172196#>. Acesso em: 10 fev. 2018.

3º EME – Encontro de Mulheres Estudantes da UNE. *Declaração do 3º Encontro de Mulheres Estudantes da UNE*. Belo Horizonte/MG, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/172196#>. Acesso em: 10 fev. 2018.

4º EME – Encontro de Mulheres Estudantes da UNE. *Declaração do 4º Encon-*

tro de Mulheres Estudantes da UNE. Salvador/ BA, 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/172196#>. Acesso em: 10 fev. 2018.

5º EME – Encontro de Mulheres Estudantes da UNE. *Declaração do 5º Encontro de Mulheres Estudantes da UNE – Mulheres na universidade*. Camaçari/BA, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/172196#>. Acesso em: 10 fev. 2018.

6º EME - Encontro de Mulheres Estudantes da UNE. *Declaração do 5º Encontro de Mulheres Estudantes da UNE – Carta do Paraná*. Curitiba/PR, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/172196#>. Acesso em: 10 fev. 2018.

CHAUI, Marilena. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata (org.). *Reflexões e práticas de transformação feminista*. Trad. Júlia Clímaco, São Paulo: SOF, 2015.

CUNHA, Teresa. Feminismos de-lá-para-cá-e-para-além do Sul e do Norte. In: CUNHA, Teresa et al. *Elas no Sul e no Norte*. Coimbra: AjPaz. 2011.

DIAS SOBRINHO, José. Universidade fraturada: reflexões sobre conhecimento e responsabilidade social. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 20, n. 3. nov. 2015.

DIAS SOBRINHO, José. *Dilemas da Educação Superior no Mundo Globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?* 1. ed. 2005. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

DELPHY, Christine. *Patriarcado* (teoria do). Tradução de Francisco Ribeiro Silva Júnior. In: HIRATA, Helena et al. *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução: Coletivo Sycorax, São Paulo: Elefante, 2017.

FOUGEYROLLAS-SCWEBEL, Dominique. Movimentos feministas. Tradução de Vivian Aranha Saboia. In: HIRATA, Helena et al. *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

GOERGEN, Pedro. Tecnociência, pensamento e formação na educação superior. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 3, nov. 2014.

GROSGOUEL, Ramon. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemiocídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília-DF, v. 31, n.1, p. 25-49, jan./abr., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/i/2016.v31n1/>. Acesso em: 17 fev. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. In: *Ciência e Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 17 n. 3, p. 621-626, mar., 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG-5NmpGBtNMff/?lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2016.

MORENO, Monteserrat. *Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola*. Tradução Ana Vente Fuzatto. São Paulo: Moderna; Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

NUSSBAUM, M. *Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades*. Tradução Fernando Santos. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

PERROT, Michelle. História (sexuação da). Tradução de Vivian Aranha Saboia. In: HIRATA, Helena et al. *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, p. 111-116, 2009.

PULEO, Alicia H. Filosofia e gênero: da memória do passado a projeto de futuro. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia (org.). *Políticas públicas e igualdade de gênero*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Boaventura de S. *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Dimensão ética da investigação científica. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 199-208, jan./jun. 2014.

SEGATO, Rita Laura. *Manifiesto em cuatro temas*. Critical Times. Durhan (EUA), v. 1, issue 1, p. 212-225, abril, 2018. Disponível em: <https://read.dukeupress.edu/critical-times/article/1/1/212/139311/Manifiesto-en-cuatro-temas>. Acesso em: 25 nov. 2019.

SILVA, Franklin Leopoldo. *Universidade, cidade e cidadania*. 1. ed. São Paulo: Hedra, 2014

